

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.669.687 - AM (2017/0101449-6)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE : MARISOL S/A**  
**ADVOGADO : JOÃO JOAQUIM MARTINELLI - SC003210**  
**RECORRIDO : RODRIGO BARROZO DE MORAIS**  
**ADVOGADOS : IZABELLE LIMA ASSEM E OUTRO(S) - AM006075**  
**JOÃO PAULO SIMÕES DA SILVA ROCHA - AM005549**

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial, interposto por MARISOL S/A, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, no intuito de reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Amazonas (fls. 96-99 e-STJ), assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. EMBARGOS A EXECUÇÃO. PENHORA DE VALORES DEPOSITADOS EM CONTA SALÁRIO. IMPENHORABILIDADE ABSOLUTA. CPC, ART. 649, IV.

- De acordo com a jurisprudência nacional, a disposição do art. 649, IV, do CPC abrange salário a qualquer título, isto é, todo direito do empregado, presente, passado, futuro, pago ou não, na constância do emprego ou por despedida (RT 618/198, JTJ 205/231), pelo que não é possível penhora de saldo em conta - corrente bancária, se proveniente de salário (Lex-JTA 148/160).

- Apelo conhecido e provido.

Opostos embargos declaratórios (fls. 102-107 e-STJ), restaram desacolhidos na origem (fls. 115-118 e-STJ).

Nas razões do especial (fls. 123-141 e-STJ), a insurgente alega violação aos seguintes dispositivos de lei federal:

(i) artigos 489, 490 e 1.022 do CPC/15, porquanto não sanadas omissões apontadas nos aclaratórios; e

(ii) artigo 86 do CPC/15, sustentando "*que o cenário de incerteza quanto à extensão da sucumbência no Julgado, não sendo possível discernir se houve acolhimento integral ou não dos pleitos (...), com relevantes reflexos na disposição das verbas de sucumbência*" (fl. 140 e-STJ).

Apresentadas contrarrazões (fls. 147-153 e-STJ), o apelo extremo foi admitido na origem.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal deve prosperar em parte.

**1.** Este Superior Tribunal de Justiça reconhece a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional quando a Corte de origem, a despeito da oposição de embargos de declaração, omite-se a respeito de ponto essencial ao deslinde da controvérsia. Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - DUPLICATA EMITIDA SEM AS FORMALIDADES LEGAIS - ACÓRDÃO DESTE ÓRGÃO

COLEGIADO QUE NEGOU PROVIMENTO AO AGRAVO REGIMENTAL, MANTENDO HÍGIDA A INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL.

INSURGÊNCIA DO AUTOR.

[...]

Violação ao artigo 535 do CPC configurada. Acórdão do Tribunal de origem que deixou de se manifestar sobre pontos imprescindíveis ao adequado desenredo da contenda.

[...]

(EDcl no AgRg no REsp 1021214/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 14/04/2015, DJe 24/04/2015)

Confirmam-se, ainda, os seguintes precedentes: **REsp 1438639/SC**, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/03/2014, DJe 29/04/2014; **AgRg no REsp 1221403/RS**, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe 23/08/2016; **AgInt no REsp 1599987/AP**, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 07/10/2016; **AgInt no REsp 1564400/RJ**, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/08/2016, DJe 26/08/2016; **EDcl no REsp 1227601/RS**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/09/2016, DJe 13/09/2016.

No caso, a insurgente sustenta que apelação apresentada pelo ora recorrido tratava de 3 (três) questões previamente decididas pela sentença, quais sejam: 1) excesso de execução; 2) responsabilidade limitada no contrato social; e, 3) ilegalidade da penhora online.

Afirma que, ao julgar o recurso, o Tribunal local apreciou somente a questão relacionada à (i)legalidade da penhora, deixando de se manifestar sobre os demais pontos do apelo - e que, ainda assim, o recurso foi provido integralmente, para julgar procedentes os embargos à execução.

Aduz, assim, que *"remanesce a dúvida quanto à resolução do mérito da lide dos Embargos à Execução, se houve reforma integral da R. Sentença, com o acolhimento integral das alegações feitas na apelação, ou omissos dois pontos relevantes suscitados pelo Recorrido, a reforma da R. Sentença teria sido apenas parcial"* (fl. 133 e-STJ)

Ao tratar da sucumbência, sustenta, ainda, que a decisão recorrida foi omissa também neste ponto, uma vez que, ao tratar de apenas uma das alegações do recurso, não haveria razões suficientes para que ocorresse a integral inversão sucumbencial.

De fato, a leitura da decisão proferida pela Corte de origem permite concluir que apenas parte da matéria devolvida ao Tribunal foi apreciada, de modo que, além das omissões apontadas pela ora insurgente, à obscuridade a respeito do provimento o recurso para julgar procedentes (supostamente de forma integral) os embargos à execução.

Ressalta-se que, ainda que não tenha sido apontada, de forma expressa, no presente recurso especial, a existência de obscuridade, a fundamentação recursal é clara ao demonstrar a existência de dúvida acerca do provimento dado pela Corte de origem e inversão da sucumbência, de modo que deve ser reconhecida e suprida pelo Tribunal local.

Imperioso, portanto, o reconhecimento da existência de violação aos artigos

489 e 1.022 do CPC/73, para que sejam apreciadas as demais teses recursais e esclarecidos o provimento e a inversão da sucumbência.

2. Ante o reconhecimento da negativa de prestação jurisdicional e a necessidade de retorno dos autos à Corte local para correção dos vícios inferidos - omissões e obscuridades - fica prejudicada a análise das demais questões veiculadas no recurso especial.

3. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a súmula 568/STJ, dá-se parcial provimento ao recurso especial, para cassar o acórdão proferido em sede de embargos de declaração, determinando que outro seja proferido, sanando-se as omissões e obscuridades apontadas.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator

